

**VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
Salvador - Bahia / Julho/2000**

**O NOVO MODELO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO
E A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CAUSAS
EXTERNAS**

AUTORES: Drumond Jr, M.; Lira, M.M.T.A.; Nitrini, T.M.V.; Shibao, K.; Taniguchi, M.; Bourroul, M.L.M.

INSTITUIÇÃO: Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (PRO-AIM) / Secretaria Municipal da Saúde / Prefeitura do Município de São Paulo.

Introdução

As informações de mortalidade no Município de São Paulo apresentam boa qualidade quando comparadas às de muitos municípios brasileiros. Sabe-se que a baixa qualidade da informação registrada na declaração de óbito limita o seu uso como instrumento para o conhecimento da realidade de saúde da população. O Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (PRO-AIM) foi criado em 1989 tendo como um dos seus objetivos a implementação de ações para a melhoria da qualidade das informações da declaração de óbito. Desde 1990, o programa busca o esclarecimento das causas atestadas de forma incorreta ou imprecisa, junto aos médicos e instituições declarantes, estratégia que tem se mostrado eficaz no esclarecimento das causas de morte naturais. Em relação às causas externas verificou-se que o número de solicitações respondidas foi pequeno. Entre as respostas recebidas, o legista com frequência não informava a causa externa, ou seja, "a circunstância do acidente ou violência que produziu a lesão fatal"¹, e sim a própria lesão ou o instrumento utilizado.

Desde 1996, o PRO-AIM vem efetuando investigações junto ao Instituto Médico Legal - Central da Cidade de São Paulo (IML-Central), visando esclarecer as circunstâncias das mortes por causas externas, para todos os óbitos atestados como devidos a acidentes sem especificação ou eventos de intenção indeterminada. Em trabalho anterior (Drummond Jr et al, 1999 ²), referente ao ano de 1996, o levantamento realizado pelo PRO-AIM permitiu esclarecer 80% das causas em óbitos atestados como acidentes sem especificação e 35% dos eventos de intenção indeterminada. Naquele ano, cerca de dois terços das necropsias realizadas na Cidade de São Paulo foram no IML-Central. Desde então, o trabalho das buscas adicionais de esclarecimentos nessa unidade foi incorporado como rotina do PRO-AIM.

A partir de julho de 1999, um novo modelo de declaração de óbito (DO) para uso em todo o país, começou a ser utilizado na cidade de São Paulo. Uma das mudanças efetuadas na nova versão da DO referia-se à forma da coleta dos dados sobre causas externas. Nesta versão foi excluído o campo 46 do modelo anterior que apresentava, para mortes acidentais, as seguintes opções: 1-atropelamento, 2-demais acidentes de trânsito, 3-queda, 4-afogamento, 5-outro e 6-ignorado. Tam-

¹ Organização Mundial de Saúde. Classificação Internacional de Doenças - Nona Revisão, p. 732, 1975).

² Drummond Jr. M, Lira, MMTA, Freitas, M, Nitrini, TMV e Shibao, K. Avaliação da qualidade das informações de mortalidade por acidentes não especificados e eventos com intenção indeterminada. *Revista de Saúde Pública*, 33(3):273-80, 1999

bém foi excluído o campo 49, sobre o local do acidente: 1-via pública, 2-domicílio, 3-outro, 4-local de trabalho e 5-ignorado. Em substituição, foi criado o campo 59, em aberto, para descrição sumária do evento, incluindo o local de ocorrência. Imediatamente após a introdução do novo modelo da DO na cidade de São Paulo, foi verificado um aumento importante das mortes atestadas como devidas a acidentes sem especificação. Por essa razão as investigações foram estendidas às demais seccionais do IML da capital paulista.

Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto da introdução da nova versão da declaração de óbito na qualidade das informações sobre causas externas na cidade de São Paulo.

Material e métodos

Os dados utilizados são do PRO-AIM e referem-se ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1999. Na base de dados do PRO-AIM constam os óbitos de residentes e ocorridos na cidade de São Paulo.

Para efetuar as investigações nas quatro seccionais do IML (Central, Leste, Sul e Oeste), das 9.140 mortes por causas externas do ano de 1999, foram selecionadas 1.743 declarações, das quais 500 eram óbitos atestados como devidos a acidentes sem outra especificação (CID-10: X59) e 1.243 eventos de intenção indeterminada (CID-10: Y10-Y34) (**tabela 1**). Os documentos consultados foram: Boletim de Ocorrência que encaminhou o corpo ao IML; conclusão da necropsia e, em alguns casos, o relatório de encaminhamento do corpo, preenchido pelo Serviço de Verificação de Óbitos ou pelo hospital onde ocorreu a morte. Após análise das informações obtidas, procedeu-se a recodificação da causa básica de morte.

Tabela 1
Número de investigações realizadas dos casos de acidentes SOE* (X59) e eventos de intenção indeterminada (Y10-Y34), segundo as seccionais do IML
Município de São Paulo, 1999

Seccional do IML	X59		Y10-Y34		Total	
	n	% do tipo de causa	N	% do tipo de causa	n	%
Central	275	26,0	782	74,0	1057	60,6
Leste	101	23,1	336	76,9	437	25,1
Oeste	77	59,7	52	40,3	129	7,4
Sul	47	39,2	73	60,8	120	6,9
Total	500	28,7	1243	71,3	1743	100

*SOE: sem outra especificação

Foram analisadas as tendências do número de mortes por acidentes do trânsito, atropelamentos, demais acidentes de trânsito, quedas e afogamentos, e também dos acidentes sem outra especificação, na cidade de São Paulo, no período de janeiro de 1991 a dezembro de 1999. Em seguida foram analisados os números de mortes pelas mesmas causas, além dos eventos de intenção indeterminada, segundo o mês, no ano de 1999, da base original do PRO-AIM, e os dados resultantes das investigações realizadas junto ao IML. Foi ainda avaliado o impacto da introdução da nova DO através da comparação dos dados do primeiro e do segundo semestres de 1999. Por fim, comparou-se a distribuição proporcional do local de ocorrência da morte entre os anos de 1998 e 1999.

Resultados e discussão

O **gráfico 1** apresenta a distribuição mensal dos óbitos codificados como devidos aos acidentes SOE, na cidade de São Paulo, entre janeiro de 1991 e dezembro de 1999³. Como já foi referido, a partir de janeiro de 1996, o PRO-AIM passou a realizar, rotineiramente, investigações na agência Central do IML. Para o ano de 1999, os resultados das investigações já se encontram incorporados ao gráfico, possibilitando assim avaliar apenas as consequências da introdução do novo modelo da DO. Observa-se que os menores níveis da série estão localizados entre os anos de 1996 e o primeiro semestre de 1999, período no qual o PRO-AIM passou a fazer as investigações no IML Central e o modelo da DO ainda não havia sido modificado. Observa-se ainda uma redução impor-

³ Os gráficos são apresentados no final do texto.

tante no segundo semestre de 1994, período da introdução do modelo da DO que passou a discriminar os tipos de acidentes, resultando na melhora da qualidade do registro das causas externas. No mês de julho de 1999, observa-se uma brusca elevação de acidentes não especificados, coincidindo com o momento em que o IML passou a utilizar a nova versão da DO.

Entre 1992 e 1994, o modelo da DO que predominava no IML da Cidade de São Paulo permitia codificar acidentes de trânsito sem outra especificação, mas não discriminava atropelamentos, não constando também outras causas, como quedas e afogamentos. Os gráficos 2 e 3 mostram o impacto positivo do modelo vigente da DO entre 1992 e 1994 nas tendências de atropelamentos e quedas. A partir do segundo semestre de 1999, os gráficos mostram uma redução do números de mortes por essas causas, refletindo a diminuição da especificação do tipo da causa externa, com piora da qualidade da informação após a introdução da nova DO. Com relação aos afogamentos a mudança não provocou a mesma variação (**gráfico 4**). O traçado é marcado por variações sazonais, com maior número de casos no verão. Na capital de São Paulo é baixa a mortalidade por afogamentos ocorridos na própria cidade. Outra questão observada é que muitos afogamentos são atestados não como acidentes e sim como eventos de intenção ignorada. Esses dois fatores podem contribuir para a explicação das razões da pequena interferência das mudanças da nova DO, nas mortes por afogamento.

Os demais acidentes de trânsito apresentam um traçado diferenciado (**gráfico 5**), uma vez que foi a única causa que durante toda a série, até junho de 1999, permaneceu na DO como item específico discriminado. O aumento do número de casos ocorre entre 1992 e 1994, quando se observou a diminuição dos atropelamentos (**gráfico 2**), pois estes foram atestados como acidentes de trânsito naquele período. A série dos acidentes de trânsito, assim como a dos atropelamentos, tem ainda um fator modificador que deve ser considerado na análise das tendências. Durante o ano de 1997, foi realizada a instalação de lombadas eletrônicas e câmaras fotográficas nos cruzamentos da cidade de São Paulo, e foi ainda o ano de discussão sobre a implementação do Código Nacional do Trânsito que entraria em vigor em março de 1998. Observa-se que no período entre 1995 e 1998, em que não houve mudanças na DO, foi no ano de 1998 que se registrou o menor número de mortes por acidentes de trânsito, sejam considerados os atropelamentos (**gráfico 2**) ou os demais acidentes de trânsito (**gráfico 5**).

Uma análise mais detalhada do ano de 1999 permite observar melhor o impacto da mudança da DO nas tendências da mortalidade por causas externas na cidade de São Paulo. A seguir, encontra-se a análise realizada com os dados da base original, ou seja, antes das investigações no IML-Central. Isto permite aferir uma situação que poderá estar ocorrendo também em outros municípios do país, com a introdução do novo modelo da DO. Observa-se no **gráfico 6** que o número de casos atestados como acidente SOE ou evento de intenção indeterminada, portanto, passíveis de investigações, aumentou nos meses posteriores à implantação da DO, com pico no próprio mês de julho. A proporção de acidentes SOE em relação ao total de mortes investigadas se encontra no **gráfico 7**, onde se observa que, no primeiro semestre, eles representavam pouco mais de 10% do total (exceto em janeiro), e passaram para 30% a 45% no segundo semestre. O **gráfico 8** mostra que foi em relação aos acidentes SOE que o novo modelo provocou maiores problemas. O número mensal de investigações desses acidentes, em 1999, confirma o salto no número de declarações atestadas de forma imprecisa e o impacto negativo da introdução do novo modelo da DO.

Os **gráficos 9 a 11** avaliam a distribuição mensal durante o ano e mostram o impacto imediato de redução das causas externas anteriormente discriminadas na DO (campo 46), na base de dados original, a partir de julho de 1999. Este problema atinge as quedas, os atropelamentos e os demais acidentes de trânsito, sendo maior nos dois primeiros. Com relação aos afogamentos, não houve qualquer impacto na cidade de São Paulo. Entretanto em outros municípios brasileiros, onde este agravo tem papel importante no perfil de mortalidade, poderá haver problemas nas análises de tendências por esta causa..

A **tabela 2** sintetiza os resultados das investigações realizadas, por semestre, de acidentes SOE e de eventos de intenção indeterminada, segundo a seccional do IML e no total do município, ressaltando o crescimento destes registros entre os semestres considerados.

Tabela 2
Número e percentual de aumento de investigações de acidentes sem outra especificação e de eventos de intenção indeterminada segundo o semestre e a seccional do IML na Cidade de São Paulo em 1999

IML	Primeiro semestre	Segundo semestre	Variação % entre 1º e 2º semestres de 1999
Central			
X59	47	228	385,1
Y10-Y34	376	406	8,0
Total	423	634	49,9
Leste			
X59	21	80	281,0
Y10-Y34	134	202	50,8
Total	155	282	81,9
Oeste			
X59	9	68	655,6
Y10-Y34	23	29	26,9
Total	32	99	209,4
Sul			
X59	4	43	975
Y10-Y34	35	38	8,6
Total	39	81	107,7
Todos os IML			
X59	81	419	417,3
Y10-Y34	568	675	18,8
Total	649	1094	68,6

Os resultados encontrados mostram um aumento de 68% nas DO selecionadas para investigação, entre o primeiro e o segundo semestre de 1999. Este aumento variou de 50% no IML-Central a mais de 200% no IML-Oeste. O pior impacto na qualidade da informação, com a introdução da nova DO, foi verificado entre os acidentes não especificados, que apresentou elevação no número de DO selecionadas para esclarecimento de mais de 400%, variando de 281% de aumento no IML-Leste para 975% no IML-Sul. Entre os casos atestados como acidente SOE e que foram esclarecidos pelas investigações, predominaram os acidentes de trânsito e as quedas como causas que haviam deixado de ser atestadas. Após os esclarecimentos, o número de atropelamentos no segundo semestre de 1999, na base de dados do PRO-AIM, cresceu 139%, os demais acidentes de trânsito cresceram 111,9% e as quedas 238,3%. Apenas com relação aos afogamentos não houve aumento expressivo no número de casos entre a base de dados original e a base após os esclarecimentos.

Os eventos de intenção indeterminada também apresentaram um aumento, sugerindo que a mudança nos campos referentes aos acidentes influenciou o preenchimento dos outros tipos de causas externas na declaração. Entre os eventos de intenção indeterminada, a necessidade de investigação elevou-se em cerca de 19%, sendo de 8% no IML-Central e de 50% no IML-Leste. Parte deste problema pode estar relacionado ao aparecimento do modelo da DO como novidade com as alterações na forma usual do registro das causas externas, o que teria levado legistas e funcionários a maior imprecisão no preenchimento da causa externa. Isto talvez explique o aumento mais significativo nos meses imediatamente posteriores à mudança, em julho e agosto (**gráficos 6 a 8**). Outra razão a ser considerada seria a inclusão do quesito "outros" nas alternativas dos tipos de causas externas. Esta alternativa, para as causas externas, é de difícil interpretação, podendo induzir a erros, em casos pouco documentados.

Os **gráficos 12 a 15** mostram a tendência das causas externas em 1999, avaliadas após a investigação no IML e processada a recodificação da causa básica da morte. Observa-se que o número de mortes no segundo semestre retorna aos níveis que apresentavam no primeiro, antes da mudança da DO. Isto demonstra que as causas que deixaram de ser especificadas na DO só puderam ser recuperadas através de investigações nas seccionais do IML.

Um outro problema relacionado com a qualidade das informações nas mortes por causas externas, após a entrada em vigor da nova DO, foi quanto ao local de ocorrência do evento. A **tabela 3** mostra que apesar da informação de local não especificado ter representado cerca de 60% dos casos em 1998 (excluídos os acidentes de trânsito), este percentual subiu para 81,8% em 1999. O que é mais preocupante com respeito a este quesito é que, com a entrada em vigor da CID-10 em 1996, esta informação ganhou importância, passando a fazer parte da codificação das causas externas. A partir da CID-10, o código das causas externas, exceto para os acidentes de transporte e trânsito, expressa nos seus 4 dígitos não apenas a circunstância do evento que produziu a lesão fatal, mas também o local da sua ocorrência. Esta situação mostra que a alteração da DO não considerou essa importante mudança introduzida pela CID-10.

Tabela 3
Proporção de local de ocorrência da causa externa informado nas declarações de óbitos de residentes e ocorridos na Cidade de São Paulo, em 1999 após as investigações no IML

Local de ocorrência	1998	1999
	%	%
Domicílio	7,1	4,1
Habitação coletiva	0,1	0,2
Escolas e áreas adm. pública	0,2	0,2
Área de esportes	0,0	0,1
Via pública	20,5	8,6
Área de comércio e serviços	0,1	0,2
Área industriais e em construção	0,0	0,1
Fazenda	0,0	0,0
Outros	12,1	4,3
Ignorado	59,4	81,8

Conclusão

Foi bastante negativo o impacto da introdução do novo modelo da DO na qualidade das informações sobre causas externas na cidade de São Paulo, em especial no que se refere aos acidentes. O quadro é ainda mais grave se for considerado que são poucos os municípios com sistemas de informação descentralizados e capacitados para esclarecer os casos preenchidos de forma incorreta ou imprecisa.

Esse problema, além de dificultar qualquer diagnóstico de saúde voltado para as causas externas, em especial os acidentes, também traz grandes prejuízos para o monitoramento do impacto de políticas sociais na cidade de São Paulo ou em qualquer local do país. Como exemplo, pode-se citar os problemas na avaliação do segundo ano de implantação do Código Nacional do Trânsito, que terá agora dificuldades adicionais para a sua realização.

Essas questões tornam urgente a revisão do atual modelo da DO no que diz respeito às mudanças efetuadas no bloco VIII - causas externas.

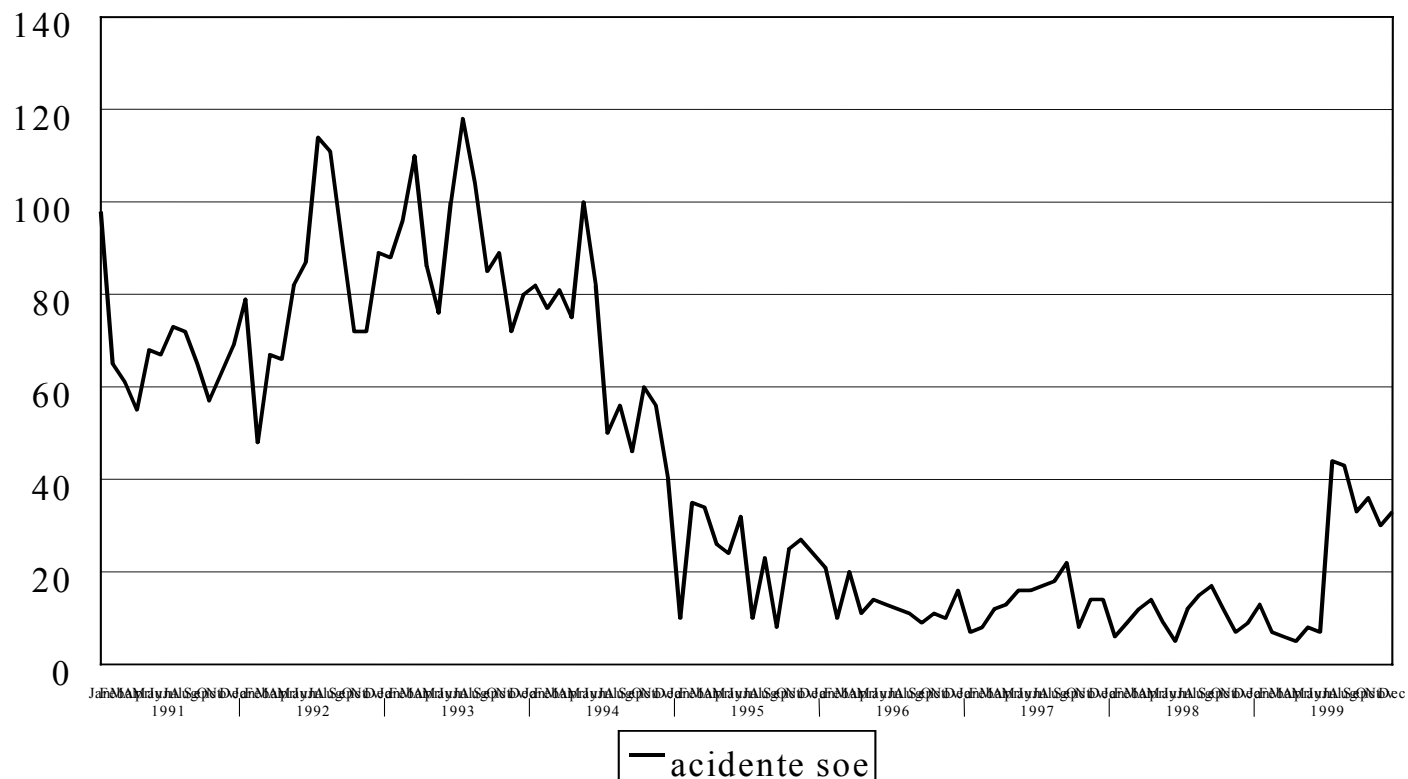
Alem disso, sugere-se que todas as alterações na declaração de óbito sejam precedidas de estudos de avaliação do preenchimento das variáveis a serem modificadas, utilizan-

do-se as próprias bases de dados disponíveis do Ministério da Saúde. Uma análise da situação nas diversas unidades da federação deve ser realizada, pois este diagnóstico pode apontar para prioridades diferenciadas segundo o local. Para alguns casos, a supervisão e a capacitação das instituições no preenchimento da DO serão suficientes.

Outra questão a ser considerada nas revisões eventuais da declaração de óbito é a discussão com os usuários que tenham um conhecimento amplo do documento e das implicações decorrentes de mudanças e que podem, por essa razão, dar relevante contribuição para a melhoria da qualidade das informações de mortalidade no Brasil.

Gráfico 1

Número de mortes por acidentes SOE, segundo o mês de ocorrência do óbito, Município de São Paulo, janeiro de 1991 a dezembro de 1999

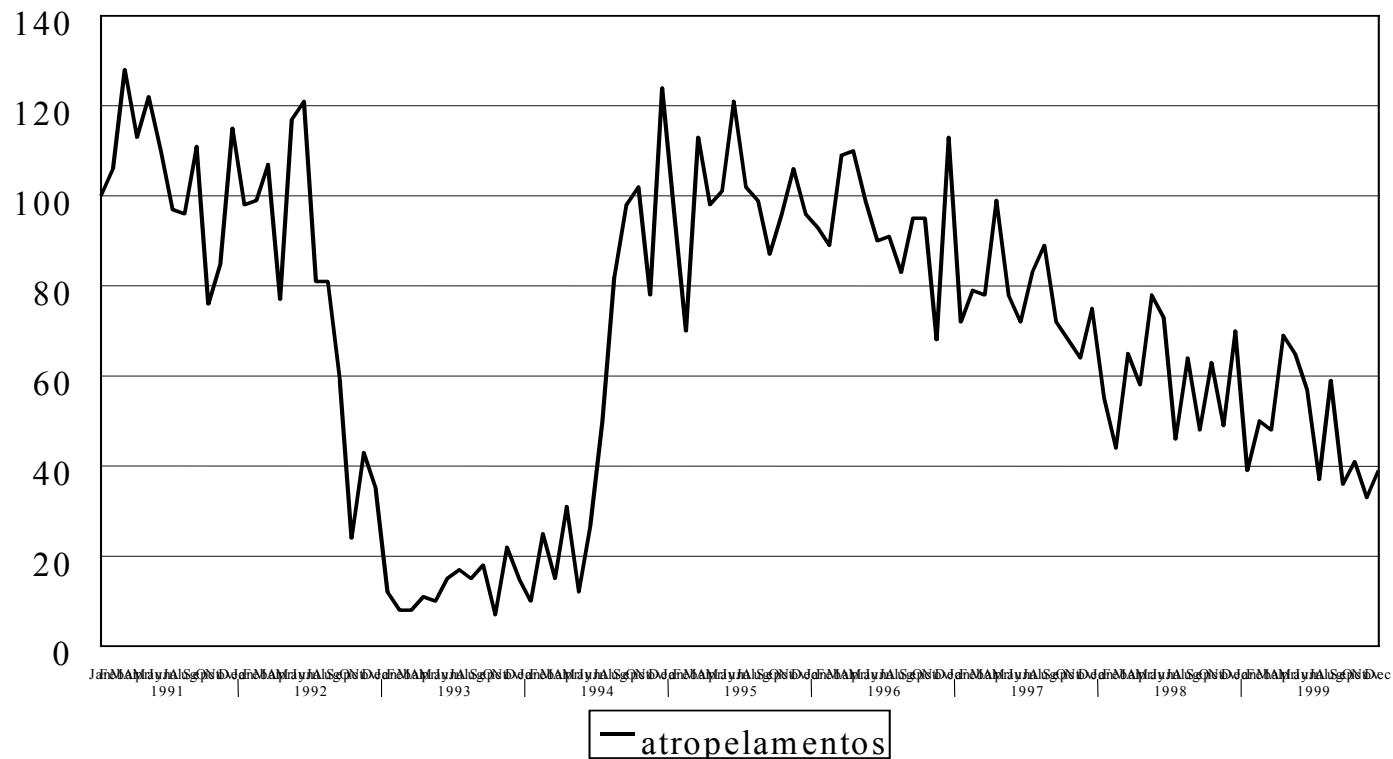


fonte: PRO-AIM

* a partir de 1996, estão incluídos os resultados das investigações do IML-Central

Gráfico 2

Número de mortes por atropelamentos, segundo o mês de ocorrência do óbito, Município de São Paulo, janeiro de 1991 a dezembro de 1999

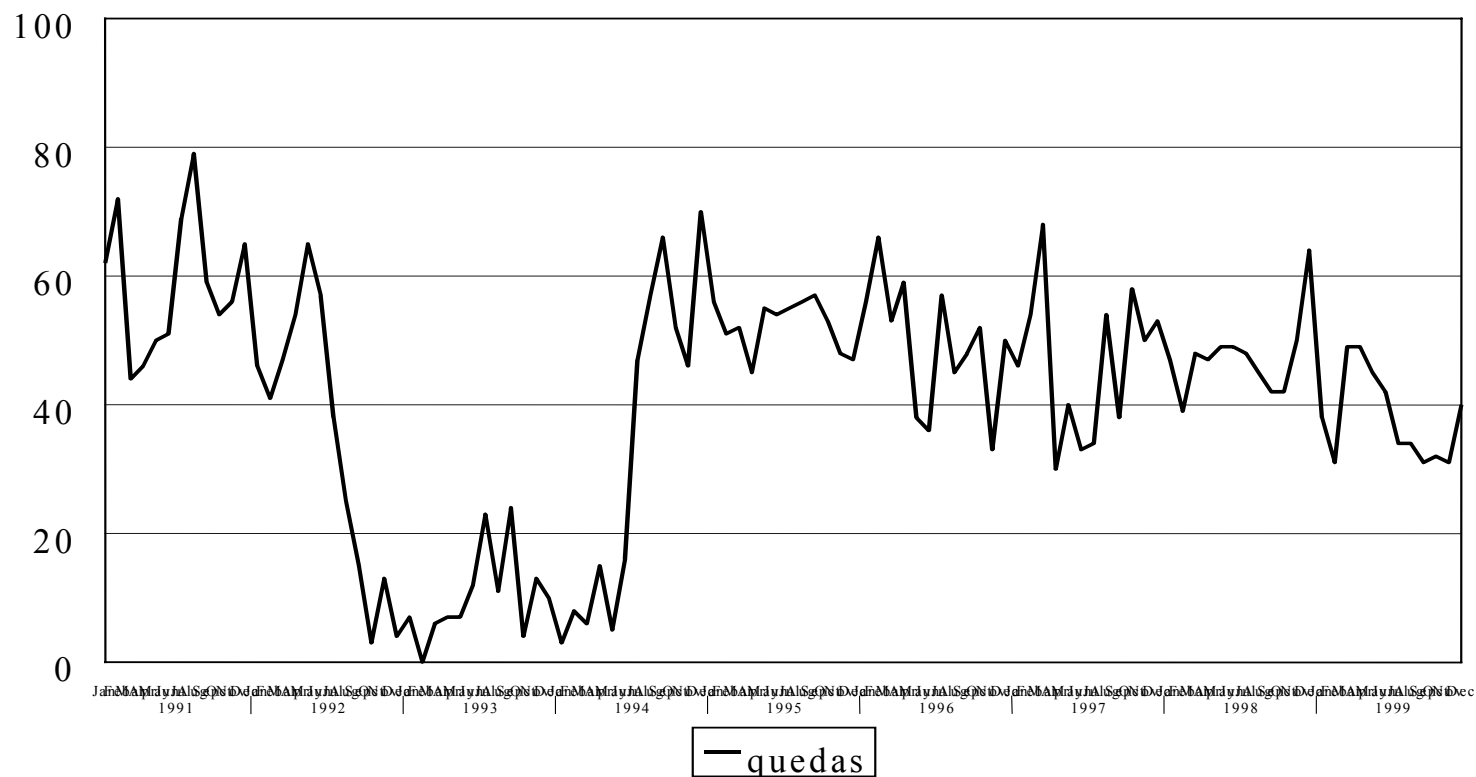


fonte: PRO-AIM

* a partir de 1996, estão incluídos os resultados das investigações do IML-Central

Gráfico 3

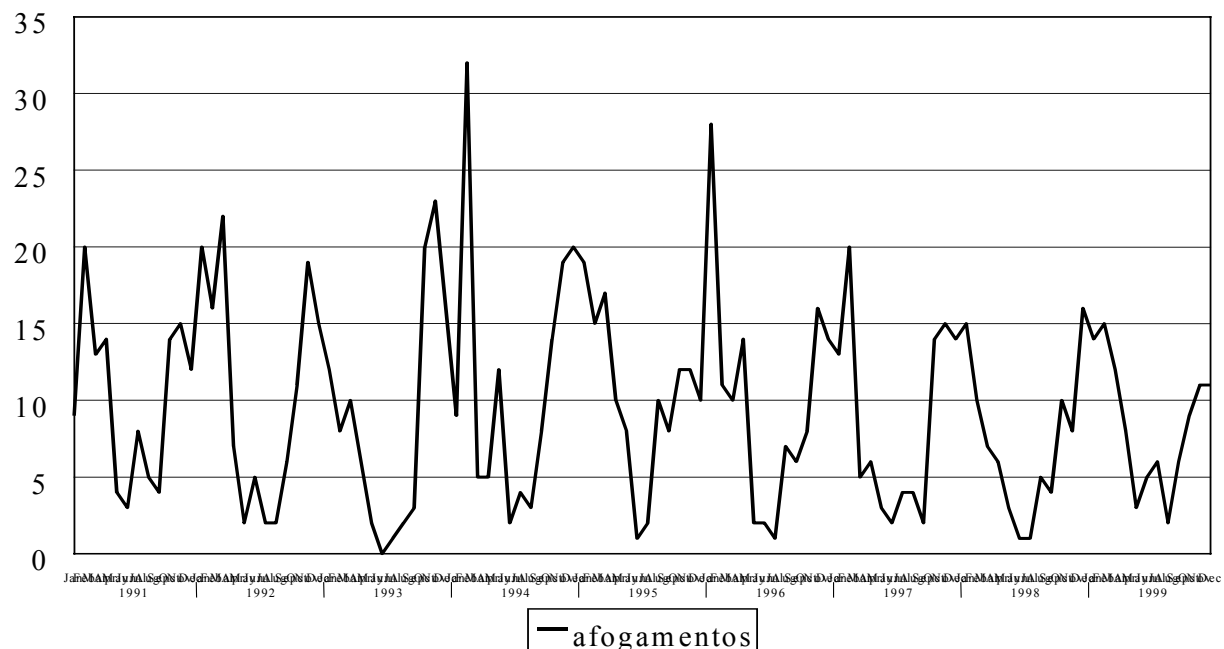
**Número de mortes por quedas, segundo o mês de ocorrência do óbito
Município de São Paulo, janeiro de 1991 a dezembro de 1999**



fonte: PRO-AIM * a partir de 1996, estão incluídos os resultados das investigações do IML-Central

Gráfico 4

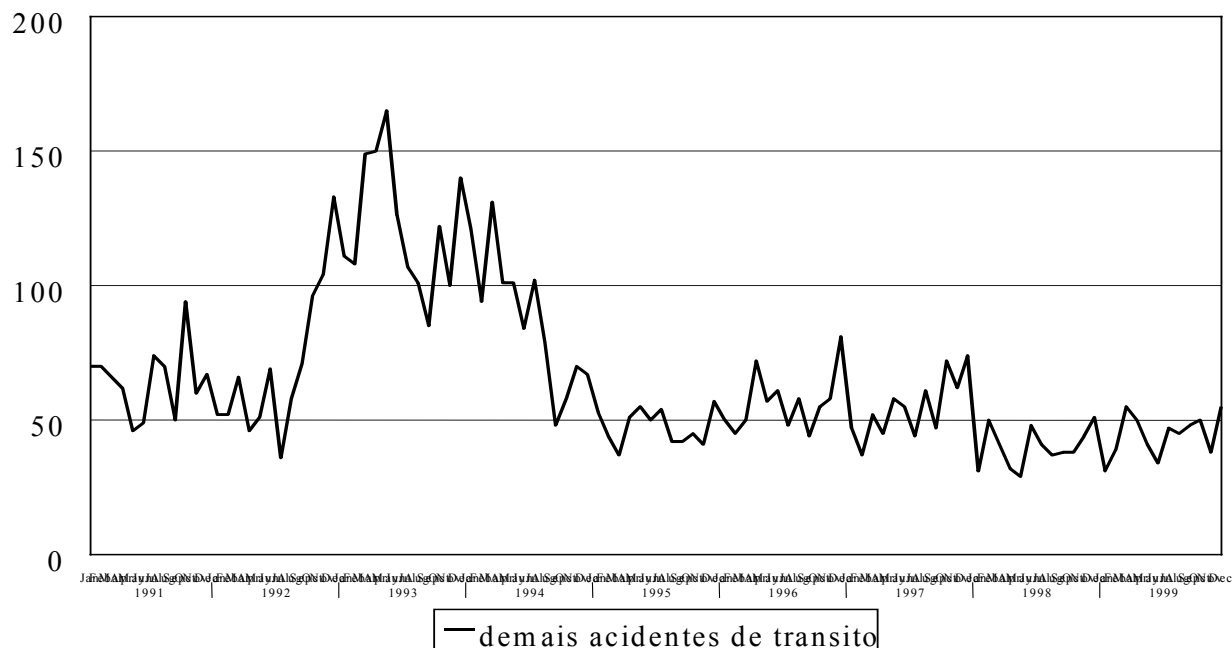
**Número de mortes por afogamentos, segundo o mês de ocorrência do óbito
Município de São Paulo, janeiro de 1991 a dezembro de 1999**



fonte: PRO-AIM * a partir de 1996, estão incluídos os resultados das investigações do IML-Central

Gráfico 5

Número de mortes pelos demais acidentes de transito, segundo o mês de ocorrência do óbito, município de São Paulo, janeiro de 1991 a dezembro de 1999



fonte: PRO-AIM * a partir de 1996, estão incluídos os resultados das investigações do IML-Central

